

Nome: Bruna Santos Lopes

LCF679 - Políticas Públicas, Legislação e Educação Florestal

Prof. Dr. Marcos Sorrentino

### **Fichamento sobre o livro:**

## **Guia para a Aplicação da Nova Lei Florestal em Imóveis Rurais de Zakia e Pinto, 2014.**

O livro é um compilado das novas leis impostas pelo chamado “Novo Código Florestal”, e passa, de uma maneira mais didática, como a lei se aplica agora, quais as mudanças, como um proprietário rural deve se inscrever no CAR, entre outras informações cabíveis aos imóveis rurais. O livro é dividido em 11 tópicos, da introdução à lei até a representação de casos práticos e sugestões de materiais adicionais.

A Lei 12.651 de 28 de maio de 2012 é então a nova lei florestal do Brasil. Ela estabelece normas gerais sobre a proteção da flora nativa e derivados, ou seja, as áreas de proteção nas propriedades, exploração e suprimento de matéria-prima florestal, prevenção de incêndio florestal e como objetivo principal, a lei ressalta o desenvolvimento sustentável.

Na nova lei, os imóveis passam a ser medidos em função do módulo fiscal: valor de área atribuído por município. São consideradas pequenas propriedades aquelas com menos que 4 módulos fiscais, e as maiores com valor superior a 4. Esta classificação incide nas normas aplicadas para recuperação de vegetação, por exemplo, e até mesmo como parâmetro para definir beneficiários de programas de financiamento agrícola do governo.

A aplicação da lei também diferencia o tipo de vegetação, ou seja, as áreas de Reserva Legal são diferentes se estão localizadas no bioma da Amazônia ou Cerrado, por exemplo. Devido a complexidade destes termos, o livro dá a conceituação de diversos deles, como vereda, manguezal, áreas úmidas, Amazônia legal, Cadastro Ambiental Rural, nascente, área degradada,

área abandonada, croqui, rio efêmero, enfim, dentre tantos outros termos necessários ao entendimento das disposições da lei.

O livro explica também como são calculadas as áreas necessárias de APP (diferentes cursos d'água, topos de morro, etc) e Reserva Legal (de acordo com bioma e tamanho da propriedade). Sabido isso, há um guia passo-a-passo, resumido, de como cadastrar um imóvel no CAR, onde deve ser mapeado a vegetação nativa do imóvel, os demais usos do solo, áreas de uso restrito, APP's de uso consolidado, dentre outros. O livro dá, inclusive, exemplos de regularização de imóveis com situações hipotéticas.

As APP's em reservatórios de água têm diferentes disposições na lei, e por isso, um dos tópicos do livro aborda este assunto. Os reservatórios de água podem ser destinados à geração de energia elétrica ou abastecimento público de água, e neste caso, a APP é obrigatória. Se licenciado a implantação do reservatório antes de 2001, a APP é prevista pelo licenciamento, após a data é estabelecida uma faixa mínima, e no caso de ter sido construída sem licenciamento, a APP deve estar entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima de operação do reservatório.

O livro salienta também sobre o Programa de Regularização Ambiental, algo que foi criado com o intuito de facilitar/incentivar a regularização dos imóveis rurais. Também neste viés, são apresentados alguns instrumentos econômicos que podem auxiliar a aderência por parte dos proprietários para regularizarem ou manterem na lei, seus imóveis. Esses incentivos econômicos, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), podem retribuir serviços de conservação da vegetação ou biodiversidade, regulação do clima, sequestro de carbono, entre outros serviços providos pela vegetação nativa.

Por fim, o livro apresenta três casos práticos, as propriedades têm diferentes tamanho e estão localizadas em diferentes biomas. O livro apresenta a situação ambiental dos imóveis, como elas se encaixam na lei e quais as normas aplicáveis para cada situação, mais uma vez sendo bem didáticos com ilustrações mapeadas.

Acredito que o livro contribuiu de forma significativa para o meu conhecimento acerca dos temas legislativos envolvendo florestas. É

imprescindível que um engenheiro florestal esteja atualizado sobre as novas disposições da nova lei florestal, já que esta está diretamente ligada às áreas de atuação do profissional, seja na parte produtiva, de educação ambiental, e demais.

### **Referências Bibliográficas**

ZAKIA, M. J.; PINTO, L. F. G. Guia para a Aplicação da Nova Lei Florestal em Imóveis Rurais. Imaflora e IPEF, 2ª ed. revisada e ampliada. Piracicaba, SP, 2014. 36p.